

O DESAFIO DA UNIVERSALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS FRENTE AO MULTICULTURALISMO

THE CHALLENGE OF THE UNIVERSALIZATION OF HUMAN RIGHTS IN THE FACE OF MULTICULTURALISM

Givaldo Mauro de Matos¹
Elaine de Oliveira Silva²

RESUMO: O trabalho tem por finalidade demonstrar os valores dos direitos humanos, pois, os valores são elementos de uma cultura ou civilização. É bem verdade que existem direitos humanos que são conceitos muito locais, a questão a ser discutida é sobre a sua universalização. Como ponto de partida apresentaremos duas teses importantes no âmbito dos direitos humanos, de um lado a tese do português Boaventura de Sousa Santos que trabalha uma relativização da importância da cultura, que devem ser julgadas a partir de critérios internos, de outro lado, o americano Samuel P. Huntington, com a teoria do “choque das civilizações” que diz que os valores são reconhecidos entre os povos, que apesar de que alguns povos não desenvolveram instituições práticas em torno desses valores, estes são preferíveis.

PALAVRAS CHAVE: cultura, direitos humanos, universalização, multiculturalismo

ABSTRACT: The work aims to demonstrate the values of human rights, since values are elements of a culture or civilization. It is true that there are human rights that are very local concepts, the question to be discussed is about their universalization. As a starting point, we will present two important theses in the scope of human rights, on the one hand the thesis of the Portuguese Boaventura de Sousa Santos who works on the importance of culture, which must be judged based on internal criteria, on the other hand, the American Samuel P. Huntington, with the “shock of civilizations” theory that says that values are recognized among peoples, that although some peoples have not developed practical institutions around these values, these are preferable.

KEYWORDS: culture; rights; universalization, multiculturalism

1. INTRODUÇÃO

Ainda que, nem todos os elementos dos direitos humanos possam ser universalizados, e muitas das vezes os problemas encontrados nessa universalização estão relacionados às diferenças culturais, vários países entenderam que existem certos direitos

¹ Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário da Grande Dourados UNIGRAN, em Teologia pela Faculdade Teológica Batista Ana Wollerman (1996) e Mestrado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (2003). Atualmente é professor no Centro Universitário da Grande Dourados. Tem experiência na área de Direito, Filosofia, Criminologia, Teologia e Ciências da Religião. (givaldo.matos@unigran.br)

² Unigran Centro Universitário da Grande Dourados. (elainese7e@gmail.com)

que são fundamentais, mesmo que recepcionados diferentemente por cada cultura, pois, existem culturas que defendem em maior grau e outras em menor grau. Cada cultura que é regida por leis locais, recepcionam direitos como bem entender, assim, os direitos humanos não estão excluídos disso, muitas culturas não recepcionam esses direitos que concernem a dignidade da pessoa humana e entendem que isso é o certo a se fazer, que estão atendendo os conflitos da sociedade daquela cultura de forma digna e justa.

2. PROCESSO CIVILIZATÓRIO

Antes de falarmos sobre a sociedade, cultura e suas maneiras de convivência, devemos entender de onde tudo começou, como se deu o processo civilizatório. Partindo do conceito de civilização, existem significados diversos, mas, basicamente pode ser considerado por civilização o estágio de desenvolvimento de determinada sociedade levando em conta a cultura deste povo, isto é, todo o conhecimento, os costumes, as crenças, as leis, a concepção de moral, o estilo de vida e entre outras, essas coisas juntas determinam se uma sociedade pode ou não ser considerada uma civilização, ou ainda a que nível uma dada civilização se encontra, com isso, estou querendo dizer que civilização significa o nível ou fase de desenvolvimento que uma sociedade que compartilha da mesma cultura se situa.

De acordo com a sociologia, a civilização é sair do estado primitivo, civilizar um povo, instruir, polir, tornar civil. Agora de modo etimológico, a palavra civilização vem de civil, que por sua vez vem do latim “cívilis”, relativo ao indivíduo que vive em uma cidade, aliás, cidade em latim é “cívitas” e assim cívitas veio a ser civil, que por extensão seria o próprio nome de cidadão.

Civilização Do francês “civilisation”, este do latim “cívitas”=“a cidade”.
Civilizar (civismo) Do francês “civiliser/civisme”, estes do latim “cívitas”=“a cidade. (JOÃO JOSÉ, 2014, Pg. 70).

Os povos tiveram muito que aprender para se tornar uma civilização, passaram por muitos progressos como a produção de alimentos, descobertas de metais e outras matérias e que pudessem usar no cotidiano, como também produzir arte e comercializá-la, entre outras várias descobertas que ajudaram a constituir uma civilização. Muitos estudiosos apontam a Mesopotâmia como sendo o berço da civilização humana, sendo ali que tudo começou, ou recomeçou se entendermos que ali fundaram as primeiras cidades, porém, com pessoas que chegaram imigrantes de outra localidade. Historiadores costumam citar

quatro locais da parte Oriental como primeiros lugares onde surgiram civilizações, sendo: I – Egito; II – Oriente médio; III – O vale do Indo, onde hoje é o Paquistão; e IV – O vale do Huang-Ho, na China. Assim, essas primeiras civilizações criaram muitos marcos para sua cultura, diferentes formas de se manter e crescer a civilização instituída, permitindo sair povos destas civilizações e formarem outras em outras localidades, chegando até os dias atuais.

2.1. Civilização Ocidental e Nós

Quando falamos de civilização ocidental, a fronteira entre os países não impedem que eles compartilhem da mesma cultura, obviamente, existem algumas diferenças culturais entre os países que fazem parte da denominada civilização ocidental, porém, as culturas desses países se fundamentam nos mesmos alicerces construídos a milênios de anos atrás.

Os países que fazem parte da civilização ocidental em sua forma mais pura, e os que recebem grandes influências dela, são os países de toda a Europa, mais, de maneira mais marcante a Europa ocidental, a Austrália, juntamente com a Nova Zelândia na Oceania, a América do norte e os países latinos americanos, porém, há ainda discussões se realmente os países latinos das Américas podem ser considerados com absoluta certeza parte do mundo ocidental. E é justamente por estas nações estarem localizadas ao Oeste, ou no ocidente dos mapas do mundo, que os intitulamos por civilização ocidental, cultura ocidental, um contraste com o mundo oriental e suas respectivas civilizações.

As características da civilização ocidental se baseiam na cultura herdada das antigas civilizações Grega e Romana e na fé cristã, mas podemos dizer que o mundo ocidental esta alicerçado em três bases fundamentais, são elas: a filosofia grega; o direito romano; e a principal delas, a moral adquirida da religião judaico-cristão, juntando esses três aspectos culturais, políticos, sociais e religiosos, nos temos a formação do ocidente.

Como já dito, o mundo ocidental como conhecemos teve seu início na Europa, e temos a cultura da Grécia antiga como a base da cultura da civilização ocidental. A cultura grega exerceu poderosa influência sobre os romanos, que por sua vez, se encarregaram de repassá-la a diversas partes da Europa. A antiga civilização grega teve enorme influência na linguagem, na política, no sistema educacional, na filosofia, na ciência, na tecnologia, na arte e na arquitetura moderna, sendo considerados os gregos como pioneiros da civilização.

O Brasil, obviamente, é ocidental, pois estamos localizados na América, mais precisamente no subcontinente América do Sul, toda nossa história é fortemente influenciada pelos gregos e romanos. Sabemos que antes do Brasil ser invadido, ou encontrado como muitos historiadores dizem, aqui habitavam os Índios, existiam várias tribos, diferentes culturas convivendo em um mesmo continente, conforme afirma Boris Fausto (1996, p. 20) “Os portugueses identificaram de forma impressionista muitas “nações” indígenas, como os carijós, os tupiniquins, os tamoios etc”, portanto, também temos em nossa cultura a influencia da cultura indígena, pois a cultura indígena diminuiu, muitas se extinguíram, haviam muitas guerras com os novos moradores, a incidência de preconceitos era alta, o que atualmente ainda não mudou muito em relação aos índios que restaram. Enfim, a chegada dos portugueses ao Brasil com certeza foi catastrófica, sofreram muita violência cultural, e esse contato com o europeu resultou em uma população mestiça, que é a sociedade brasileira.

Por fim, com as grandes navegações e com toda a evolução dos países europeus no ocidente, toda essa cultura foi trazida até as Américas, até nós, e com isso a civilização ocidental se consolidou como a mais evoluída de todas, com o desenvolvimento do capitalismo, com os benefícios dos princípios morais adquirido na fé cristã e com a formulação e organização da sociedade da política trazidas pelas civilizações grega e romana, e o que nos resta é conservar todos esses pilares que nos fazem ser uma sociedade em busca da paz e da evolução.

3. CULTURA E O MULTICULTURALISMO

Observando as várias civilizações, vê-se a cultura, podendo ser definida como um conjunto de padrões, comportamentos, mitos, crenças, criados pelos seres humanos em um determinado local, em uma determinada época, a cultura também esta relacionada a um conjunto de valores, ideias, que todos dividimos com a sociedade, e também podemos entender cultura como uma socialização, que pode ser a educação que recebemos tanto das instituições escolares, como também dos pais. Mas, o mais importante quando pensamos em ideia de cultura, é pensar que a cultura é flexível, que nós também somos agentes, ou seja, nós também temos a capacidade de questionar os nossos hábitos e modificar esses hábitos, então, a cultura o tempo todo pode ser modificada. No livro referenciado nesse artigo, consta um trecho relevante para essa explicação, palavras de um renomado professor americano, Samuel P. Huntington, que diz: “Nos anos 40 e 50, dava-se muita

atenção à cultura como elemento crucial para compreender as sociedades, analisar suas diferenças e explicar seu desenvolvimento econômico e político”. (A CULTURA IMPORTA, 2002, pg. 12).

A cultura vem da ideia de “culto”, ou seja, esta relacionada à cerimonia religiosa e relacionada ao cultivo da terra, e cultivar, esta relacionada à ideia de aperfeiçoamento, de cuidar, então, podemos pensar que a cultura é esse conjunto de saberes e conhecimentos acumulados pelos seres humanos, ou ainda, que a cultura corresponde aos traços distintivos que certos povos e tradições possuem, ou seja, aqueles hábitos que os indivíduos dividem com a nação.

De acordo com Dicionário Etimológico; Etimologia e Origem das Palavras:

Do latim cultura, “culturae”, que significa “ação de tratar”, “cultivar” ou “cultivar a mente e os conhecimentos”. Originalmente, a palavra “culturae” se originou a partir de outro termo latino: “colere”, que quer dizer “cultivar as plantas” ou “ato de plantar e desenvolver atividades agrícolas”. Com o passar do tempo, foi feita uma analogia entre o cuidado na construção e tratamento do plantio, com o desenvolvimento das capacidades intelectuais e educacionais das pessoas. (**Dicionário Etimológico**: etimologia e origem das palavras. © 2008 - 2019 7Graus).

A personalidade de cada indivíduo é formada, de fato, ao ambiente sociocultural a qual faz parte, onde nasce e se desenvolvem, os seres humanos foram capazes de domar comportamentos, tornando sua adaptação eficiente a cada ambiente em que convive. O antropólogo Clifford Geertz, com influência de Max Weber, afirma que “o ser humano é um animal envolvido em teias de significados que ele próprio teceu”.

3.1. Diversidade Cultural

Se buscarmos a definição de diversidade em um dicionário encontraremos “características ou estado do que é diverso; não semelhante”, e, se buscarmos sobre diversidade cultural, encontraremos “um conjunto de características culturais que, observadas em pessoas circunscritas num mesmo espaço geográfico (país, cidade, região etc.), caracteriza costumes, hábitos sociais ou crenças que variam de uma pessoa para outra”, visto isso, a diversidade cultural é o oposto total de homogeneidade.

O conceito de diversidade cultural trata compreender entre o mundo as várias culturas existentes, podemos dizer que diversidade cultural são os vários aspectos que representam particularmente as diferentes culturas, como a religião, a linguagem, as tradições, a política, o padrão de organização familiar, os costumes, entre outras mais

características específicas de grupos de seres humanos, que convivem em um mesmo território. Na maioria das nações do planeta houve e ainda há o crescimento da colonização e miscigenação¹ cultural, as maiorias dos países possuem a diversidade cultural estabelecida, ou seja, possuem um pouco de cultura diferente em sua cultura.

A Declaração da UNESCO sobre Diversidade Cultural declarada dia 2 de Novembro de 2001, reconhece as múltiplas culturas como um "patrimônio comum da humanidade", e é considerado o primeiro instrumento que promove e protege a diversidade cultural e o diálogo intercultural entre as nações, assim, esperamos que essa declaração tenha força e atinja todas as nações.

Portando, é certo que não há indivíduo sem cultura, e diante de tantas culturas, muitas vezes em um mesmo local, dá-se a diversidade cultural, e o maior exemplo disso é o Brasil, pluralidade de etnias, diferentes formas de pensar, que convivem de forma harmônica havendo a aculturação, pois, exercemos influência e recebemos influência, prevalecendo o interesse público. A importância da diversidade é conseguir conviver com ela.

3.2. Multiculturalismo

Uma sucinta pesquisa sobre o que é o multiculturalismo encontra-se que, se refere a um termo que descreve a existência de muitas culturas em uma região, em um país, afirmando ser o multiculturalismo pluralista, pois, aceita variados pensamentos sobre um mesmo ponto, não permitindo um só pensamento ou imposição, havendo diálogos entre as diversas culturas e assim chegarem a um desfecho satisfatório para todas. Há quem diga quem o planeta é multicultural em seu todo, será mesmo? É de se questionar se realmente o globo é multicultural, mas, sem dúvidas o multiculturalismo é uma questão muito importante quando pensamos em direitos humanos.

É importante deixar claro as diferenças entre multiculturalismo, pluralismo, universalismo e relativismo. O pluralismo tem como principal característica a liberdade da sociedade, livre para conviver pacificamente, que respeita os diversos pensamentos sobre a mesma ideia central, o pluralismo luta contra o único pensamento, afastando o mundo unipolar. Na Constituição Federal de 1988, mais especificadamente em seu preâmbulo, demonstra que atualmente somos uma sociedade pluralista,

PREÂMBULO. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de **uma sociedade fraterna, pluralista** e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

E então, volto à indagação acima, será mesmo que há a pluralidade em nosso país e no mundo?

O multiculturalismo pode ser apresentado de forma relativista, se tratando de uma sociedade em que tudo é certo e aceito. Nessa ideia de multiculturalismo não há o que se falar em direitos humanos universais, pois, por ser aceito todo tipo de diálogo entre culturas e assim essas culturas estabelecem seus próprios valores e direitos, não seriam necessários direitos universais, afastando a possibilidade de proteção internacional dos direitos humanos. Assim, o relativismo cultural afirma que para cada sociedade ou cultura há um sistema moral diferente, e como não há um sistema moral universal, não se podem fazer julgamentos morais de cada cultura, ou seja, aceitaria a existência de culturas que contenham fascismo, racismo, democracia, ditadura, liberdade, mutilação, etc. Todas as culturas são aceitáveis nessa ideia relativista.

Pode ser abordado também o multiculturalismo universalista, pressupõe essa corrente que os direitos humanos são decorrentes da dignidade humana, portanto, eles são extensíveis a todo e qualquer ser humano independente de suas particularidades, não sendo importante sua cor, seu credo, origem, língua, sexo, religião, etc. São assegurados a todo ser humano a preservação da dignidade, sendo devido cada estado garantir esse rol mínimo as pessoas que estão sob sua jurisdição. Então, o multiculturalismo universalista permite o convívio de culturas com diferentes ideias, desde que esteja estabelecido um denominador mínimo, comum entre as partes, ou seja, valores universais, para todos, em qualquer nação. Diferentemente do relativismo, onde as culturas entrariam em choque, se destruiriam uma com as outras, o universalismo procura estabelecer a paz multicultural.

4.TESE DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

Boaventura de Sousa Santos nasceu em Coimbra, em 15 de Novembro de 1940, é Doutor em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale (1973) e Professor Catedrático *Revista Jurídica • [http://revistas.unievangelica.edu.br/Revista Jurídica/v.20, n.1, jan-jun. 2020](http://revistas.unievangelica.edu.br/Revista%20Jurídica/v.20,%20n.1,%20jan-jun.2020)•p.121-140•DOI: <https://doi.org/10.29248/2236-5788.2020v1.p.121-140>*

Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Universidade de Wisconsin-Madison. Foi também Global Legal Scholar da Universidade de Warwick e Professor Visitante do Birkbeck College da Universidade de Londres. É Diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, tem trabalhos publicados sobre globalização, sociologia do direito, epistemologia, democracia e direitos humanos. Os seus trabalhos encontram-se traduzidos em espanhol, inglês, italiano, francês, alemão, chinês e romeno.

Este grande estudioso dos direitos humanos foi um dos primeiros a conceituar a questão do Multiculturalismo em sua tese “Por uma concepção multicultural de direitos humanos” publicado em 1997 na Revista Crítica de Ciências Sociais Nº 48.

Vendo a importância dos direitos humanos na contemporaneidade, Boaventura indagou em sua tese sobre: “Será os direitos humanos uma forma de emancipar a sociedade?”. E é a partir dessa indagação do autor que dissertar sobre o contexto dessa dúvida.

Em sua tese, Boaventura defende que os direitos humanos não devem ser concebidos de forma universal, mas multiculturais, para ele o multiculturalismo representa uma tentativa de equilíbrio entre noções globais de direitos humanos com as questões locais, buscando um diálogo intercultural ao invés de excluir ou renegar uma cultura por determinado motivo, escolher aquela que apresenta um círculo mais amplo de reconhecimento da outra.

O objetivo do autor é demonstrar os meios em que os direitos humanos podem trabalhar ao serviço de uma política progressista e emancipatória, ou seja, desenvolver medidas econômicas e sociais que seriam imprescindíveis para a melhoria da condição humana. O progressismo tem a característica de uma doutrina reformista e secular e por essas características se contrapõe ao conservadorismo. Quando o autor da tese fala sobre o progressismo, devemos entender que na época, a sociedade ocidental estava passando por uma crise política e cultural, buscando uma reforma, nesse sentido Boaventura entende que essa reforma envolvia a emancipação da sociedade diante os direitos humanos.

Tal tarefa exige que sejam claramente entendidas as tensões dialéticas que informam a modernidade ocidental. A crise que hoje afecta estas tensões assinala, melhor que qualquer outra coisa, os problemas que a modernidade ocidental actualmente defronta. Em minha opinião, a política de direitos humanos deste final de século é um factor-chave para compreender tal crise. (SOUZA, 1997, p. 106)

Segundo Boaventura (1997), todas as diferentes culturas são incompletas, e por isso, apresentam deficiências quanto a dignidade humana, pois, se fossem completas seriam únicas, assim, devemos ter consciência da incompletude de cada cultura e mantermos o diálogo, pois, por intermédio do diálogo que melhor percebemos nossa incompletude - no sentido de que uma cultura possa interagir com o topoi³ de outra de maneira construtiva e com o objetivo da concretização de direitos humanos multiculturais. Precisamos buscar diálogos entre essas diferentes noções de dignidade humana. Diálogos interculturais isomórficos entre diferentes culturas, ou seja, conceitos diferentes que podem transmitir aspirações semelhantes ou mutuamente inteligíveis. É a atitude mais correta, ao invés de excluir ou renegar uma cultura inteira por determinado motivo.

Vendo a necessidade do reconhecimento dos direitos humanos para fins de emancipar a sociedade, como poderão esses direitos consolidar essa ideia. A hermenêutica diatópica impulsionada por Boaventura tem o objetivo de facilitar esse diálogo entre as nações, pois há lugares com tratamentos que são degradantes, humilhantes, ao ponto de vista de uma cultura em relação à outra, e esse conhecimento das diferenças por intermédio da hermenêutica não tem como pretensão fazer com que os direitos humanos sejam universais, até porque esse assunto de universalidade precisa ainda ser bastante discutida, mas sim, com que cada nação possa evoluir para efetivar seus direitos fundamentais, preservando a cultura mundial e o principal, a dignidade humana. Portanto, começou Boaventura a conceituar acerca da globalização, propondo a seguinte definição:

[...] a globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival [...]. (Boaventura de Sousa Santos, 1997, p. 108).

Demonstrou múltiplos exemplos de globalizações, fez para que o leitor compreendesse que há diferentes modos de produção da globalização, não existindo uma própria, autenticada no mundo ocidental, afirmando que, o que chamamos de globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinado localismo. Por isso, buscou Boaventura modos de produção da globalização, nas palavras dele:

³Topoi são lugares comuns retóricos mais abrangentes de determinada cultura. Funcionam como premissas de argumentação que, por não se discutirem, dada a sua evidência, tornam possível a produção e a troca de argumentos. Topoi fortes tornam-se altamente vulneráveis e problemáticos quando usados numa cultura diferente. SANTOS, 2004, p. 256.

A primeira forma de globalização é o localismo globalizado. Consiste no processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso, seja a atividade mundial das multinacionais, a transformação da língua inglesa em língua franca, a globalização do fast food americano ou da sua música popular, ou a adoção mundial das leis de propriedade intelectual, de patentes ou de telecomunicações promovidas agressivamente pelos EUA. Neste modo de produção de globalização o que se globaliza é o vencedor de uma luta pela apropriação ou valorização de recursos ou pelo reconhecimento da diferença. A vitória traduz-se na faculdade de ditar os termos da integração, da competição e da inclusão. [...] o localismo globalizado implica a conversão da diferença vitoriosa em condição universal e a consequente exclusão ou inclusão subalterna de diferenças alternativas. (SANTOS, 2002, p. 109).

Também, busca-se nas palavras de Boaventura o segundo modo, definindo-o em sua tese o globalismo localizado:

À segunda forma de globalização chamou globalismo localizado. Consiste no impacto específico nas condições locais produzido pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem dos localismos globalizados. Para responder a esses imperativos transnacionais, as condições locais são desintegradas, desestruturadas e, eventualmente, reestruturadas sob a forma de inclusão subalterna. Tais globalismos localizados incluem: a eliminação do comércio de proximidade; criação de enclaves de comércio livres ou zonas francas [...]. (SANTOS, 2004, p. 110).

Entre esses dois modos, esclarece o autor que a divisão internacional da produção de globalização assume um padrão, ou seja, os grandes centros buscam especializar-se em localismos globalizados, por outro lado, os países menos desenvolvidos cabem tão somente a escolha entre várias alternativas de globalismos localizados, sustentando Boaventura que o sistema-mundo é um conluio de globalismos localizados e localismos globalizados.

A terceira forma de globalização chamou por cosmopolitismo, caracterizado por movimentos, iniciativas que lutam contra a discriminação e a exclusão social e a destruição ambiental produzidos pelos localismos globalizados e globalismos localizados. No conceito próprio de Boaventura, ele não usou o cosmopolitismo moderno convencional, assim, ainda na sua visão:

[...] um conjunto muito vasto e heterogêneo de iniciativas, movimentos e organizações que partilham a luta contra a exclusão e a discriminação sociais e a destruição ambiental produzidas pelos localismos globalizados e pelos globalismos localizados, recorrendo a articulações transnacionais tornadas possíveis pela revolução das tecnologias de informação e de comunicação. [...] Não uso cosmopolitismo no sentido moderno convencional. Na modernidade ocidental, cosmopolitismo está associado com as ideias de universalismo desenraizado, individualismo, cidadania mundial e negação de fronteiras territoriais ou culturais. [...] Para mim,

cosmopolitismo é a solidariedade transnacional entre grupos explorados, oprimidos ou excluídos pela globalização hegemônica. [...] O cosmopolitismo que defendo é o cosmopolitismo do subalterno em luta contra a subalternização. (SANTOS, 2004, p. 248-249).

O último modo de produção de globalização, não menos importante, refere-se à emergência de temas que são extremamente respeitável, este quarto modo traz temas que são tão globais que foi intitulado pelo autor como “o patrimônio comum da humanidade”, refere-se sobre a sustentabilidade da vida humana na Terra, como por exemplos, biodiversidade, proteção da camada de ozônio, preservação das florestas, antártica, entre outras tantas mais formas de sustentabilidade, incluindo a exploração fora da Terra.

Diante disso, é de grande relevância saber distinguir entre essas globalizações. Localismos globalizados e globalismos localizados são a globalização de-cima-para-baixo, neoliberal ou hegemônica; cosmopolitismo e patrimônio comum da humanidade são globalismos de-baixo-para-cima, solidária ou contra-hegemônica.

Para o Autor, a concepção de universalidade seria característica ocidental, assim, a concepção de direitos humanos universais a que temos contato ignoraria e repudiaria qualquer outra característica que não aquelas a ela inerente, por isso, o autor defende a multiculturalidade, “[...] os direitos humanos não são universais em sua aplicação”, (SANTOS, 2004, p. 250). Assim, demonstra e defende algumas premissas para que possam os povos formar um diálogo intercultural sobre dignidade humana, levando para todos, cada qual de sua forma, os direitos humanos.

Essas premissas de forma sucinta, são: a) a superação do debate sobre universalismo e relativismo cultural; b) a transformação cosmopolita dos direitos humanos; c) o reconhecimento de que todas as culturas são incompletas e problemáticas; d) o reconhecimento de que cada cultura tem uma concepção diferente de direitos humanos, razão pela qual é necessária a busca por preocupações isomórficas entre as sociedades; e) todas as culturas tendem a distribuir as pessoas e os grupos sociais entre dois princípios: o da igualdade e o da diferença.

A partir dessas premissas seria possível cogitar um diálogo intercultural, Santos propõe essa ideia para assim superar dificuldades de diálogo e de interpretação dos topoi. Nesse sentido, afirma:

A luta pelos direitos humanos e, em geral, pela defesa e promoção da dignidade humana não é um mero exercício intelectual, é uma prática que resulta de uma entrega moral, afectiva e emocional ancorada na incondicionalidade do inconformismo e da exigência de ação. Tal

entrega só é possível a partir de uma identificação profunda com postulados culturais inscritos na personalidade e nas formas básicas de socialização. Por esta razão, a luta pelos direitos humanos ou pela dignidade humana nunca será eficaz se assentar em canibalização ou mimetismo cultural, daí a necessidade do diálogo intercultural e da hermenêutica diatópica. A hermenêutica diatópica baseia-se na ideia de que os topoi de uma dada cultura, por mais fortes que sejam são tão incompletos quanto a própria cultura a que pertencem. Tal incompletude não é visível a partir do interior dessa cultura, uma vez que a aspiração à totalidade induz a que se tome a parte pelo todo. O objectivo da hermenêutica diatópica não é, porém, atingir a completude – um objeto inatingível – mas, pelo contrário, ampliar ao máximo a consciência de incompletude mútua através de um diálogo que se desenrola, por assim dizer, com um pé numa cultura, outro noutra. Nisto reside o seu carácter dia-tópico. (SANTOS, 2004, p. 256-257)

De certa maneira, o autor está correto em seu pensamento, ele se preocupa de maneira legítima com o multiculturalismo, afirmando que as culturas não têm a mesma compreensão de dignidade humana, e por isso, a dignidade humana recebe conteúdo na medida que a cultura estabelece ou em conformidade destas, aduz que está claro e é importante compreendermos que os valores humanos não são absolutos quando entram na cultura. Boaventura (2004, p. 257), propõe uma análise dos topoi dos direitos humanos na cultura ocidental, o topoi do dharma na cultura hindu e o topoi da cultura islâmica, ou seja, o autor analisa como os direitos humanos são percebidos de acordo com cada uma dessas culturas, e como cada uma percebe os direitos humanos de outra cultura.

De qualquer forma, Boaventura em seu pensamento, compreende a necessidade de respeitar a dignidade humana, independente de quem for o ser humano, qualquer que seja o entendimento histórico e cultural desta expressão, pois, acredita que a solução para este problema está na identificação, em cada cultura, do conjunto de ideias que se assemelham às aquelas que formam o conceito ocidental, majoritário, de direitos humanos.

4. TESE DE SAMUEL PHILIPS HUNTINGTON

No ano de 1993 um Americano publica um artigo em uma renomada revista, chamada “Foreign Affairs”, o artigo chama O CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES, após a publicação desse artigo o Autor Samuel P. Huntington ficou muito conhecido, ele foi um cientista político norte-americano muito influente nos círculos politicamente mais conservadores.

Nesse artigo ele defende a tese de que no final do século XX e o início do século XXI vão ser caracterizados pelo crescimento de conflitos, as
Revista Jurídica • [http://revistas.unievangelica.edu.br/Revista Jurídica/v.20, n.1, jan-jun.2020](http://revistas.unievangelica.edu.br/RevistaJurídica/v.20,n.1,jan-jun.2020) • p.121-140 • DOI: <https://doi.org/10.29248/2236-5788.2020v1.p.121-140>

identidades culturais e religiosas dos povos serão a principal fonte de conflito no mundo pós-Guerra Fria, sendo cada vez mais incompatíveis. Essa tese obviamente foi muito criticada, gerou muita polêmica, afirmando outros historiadores, cientista, que ele estava equivocado. Em 1996 ele retoma de uma forma mais desenvolvida, completa as ideias de 1993 sobre os choque de civilizações, e apresenta seu livro de quase 500 páginas chamado, “O CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES e a Ordem Mundial”, o cérebro do livro é que, apesar de todo esse processo de globalização, aproximar os países, as culturas, as pessoas se tornam mais intolerantes, e as diferentes sociedades se unem de acordo com culturas específicas formando verdadeiras ilhas, formando verdadeiras civilizações, no livro o autor divide o mundo em nove civilizações (HUNTINGTON, 200, p. 24-25), e ele faz essa divisão utilizando métodos onde os círculos de identidade cultural são afirmados de maneira mais forte, por exemplo, o lado ocidental liderado pelo capitalismo americano e o lado oriental liderado pelo bloco soviético, um mundo livre e um mundo socialista. O Autor faz essas divisões para demonstrar que se em choque eles se entrarem, se sobreporiam às outras, várias civilizações que vão se agrupar de acordo com valores culturais.

Os sangrentos choques de civilizações na Bósnia, no Cáucaso, na Ásia Central e na Caxemira poderiam se transformar em guerras maiores. Nos conflitos iugoslavos, a Rússia proporcionou apoio diplomático aos sérvios, enquanto a Arábia Saudita, a Turquia, o Irã e a Líbia forneceram fundos e armas para bósnios, não por motivos de ideologia, de política de poder ou de interesse econômico, mas devido à afinidade cultural. (HUNTINGTON, 200, p.21).

E nesse cenário, essas civilizações simplesmente não conseguem mais dialogar umas para com as outras, o que vai criar uma maior intolerância, aumentando a possibilidade dos conflitos, deixando de lado a velha história de conflitos apenas políticos, hídricos, energéticos, petrolífero e assim por diante, afirmando Huntington em seu livro o seguinte, “[...] A política mundial está sendo reconfigurada seguindo linhas culturais e civilizacionais. Nesse mundo, os conflitos mais abrangentes, importantes e perigosos não se darão entre classes sociais, ricos e pobres, ou entre outros grupos definidos em termos econômicos, mas sim entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais”. (HUNTINGTON, 2000, p.21)

Nesse sentido, o autor atenta a dizer que os principais agentes das relações internacionais permanecem sendo os Estados, mas explica que a nova política mundial está

se moldando de acordo com as questões culturais e que os abalos futuros vão ser provenientes das diferenças destas. Sendo esse o principal argumento do autor em sua tese, ressaltando que as disparidades econômicas e políticas existentes entre as nações decorrem de suas raízes culturais, salientando que as nações cristãs ocidentais tendem a um desenvolvimento econômico democrático ao passo que nos países ortodoxos e muçulmanos as perspectivas são indefinidas. Nessa linha de pensamento, supõe Huntington que a civilização ocidental permanecerá por muito tempo com poder hegemônico, mas que, por outro lado, seu domínio sobre as demais civilizações se encontra em um declínio progressivo.

O ocidente é e continuará a ser por muitos anos a civilização mais poderosa. Contudo, seu poder em relação ao de outras civilizações está declinando. (HUNTINGTON, 2000, p. 29).

Desta forma, para o autor, as disparidades e conflitos externos decorrerão de confrontos entre países ocidentais e não ocidentais.

Passando-se mais de vinte anos da publicação do livro, parece que Samuel tinha alguma razão, apesar de ter sido muito criticado por isso.

5. DIREITOS HUMANOS

A existência dos direitos humanos se positiva por gerações.

A primeira geração teria surgido no século XVII, XVIII, com o iluminismo, e se concretizado com as revoluções burgueses, ou seja, revolução inglesa e a revolução francesa. Essa geração é quando os filósofos defendiam o direito a vida, direito a liberdade, direito a igualdade jurídica perante a lei, direito a propriedade privada e depois os direitos políticos de participação políticas. Evidentemente esta noção de direitos humanos muito importante para a história tem os seus limites, por exemplo o limite racial, não estendendo esses direitos aos negros, asiáticos, aos outros grupos que nessa época eram chamadas de “raças”, eles não pensavam em estender esses direitos naturais para povos de outros continentes, mais pobres, eram direitos limitados a certa classe social, por isso eram chamadas de direitos burgueses.

Após a revolução industrial, sendo a segunda geração, surgiu o pensamento socialista, também com o pensamento que hoje chamamos social democrata, que é o pensamento que não visa romper com o capitalismo, mas visa construir o capitalismo mais humano, não liberal. Com esse pensamento surgem novas noções de direitos humanos,

chamada de segunda geração, começa-se a pensar em direito a educação, direito a saneamento básico, a saúde, transporte, renda mínima. Sociais democratas defendem que todos independente do que fizerem tenham que ter um direito básico, veja que esses direitos vêm com a segunda geração.

No século XXI, dizemos que há uma terceira geração, que pensam sobretudo a questão das minorias, a questão dos direitos da natureza, direitos dos animais. Movimentos reivindicam esses direitos, como movimentos feministas, indígenas, entre outros.

Há ainda especulações sobre a existência de uma quarta geração de direitos fundamentais em decorrência da globalização, direitos introduzidos pela globalização política, relacionados à democracia, à informação e ao pluralismo.

Nesse sentido, um direito humano para ser assim considerado, está diferenciado no local da positivação, embora os direitos humanos seja muita confundido com direitos fundamentais, que é uma ordem jurídica interna, e direitos humanos é um direito do homem adicionado a um pacto internacional. Assim, com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) que é um documento marco na história dos direitos humanos, sendo assim uma ordem jurídica externa e válida para muitos povos, elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, surgiu para assim assegurar a todos que temos direitos iguais discurridos estes pelos artigos da declaração. A Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações.

6.1.Universalização dos Direitos Humanos

A ideia da universalidade dos direitos humanos passa pela noção de que os direitos humanos são inerentes a própria humanidade, ou seja, independe de credo, religião, classe social, políticas e etc. Então, a universalidade corresponde a ideia de que todos são portadores dos Direitos Humanos, significando que eles são universais.

São universais do ponto de vista formal. A fruição sempre é distinta e tem relação com o ambiente geográfico e ambiente político onde a pessoa está, ou seja, o fato dos direitos humanos pertencerem a todos não significa que a utilizaram desse direito é igual por todos. Cada local tem sua peculiaridade e utiliza os direitos humanos de maneiras

distintas. Mas ainda o grande real problema da universalização é como implementar os direitos humanos para aqueles que não os recepcionam.

6.2. Processo migratório e conflitos atuais

O processo migratório ocorre no mundo desde o início da história da humanidade, a ação de migrar faz do indivíduo um imigrante, e imigrante é a pessoa que sai de um lugar de origem com destino a outro lugar para assim nele viver. O processo migratório se dá por vários fatores, desencadeados por problemas econômicos, culturais e políticos. No Brasil, por exemplo, ocorre esse fluxo do povo brasileiro saindo do país em busca de melhores condições econômicas, diante disso, podemos ver que o modelo econômico do país não atende a esses indivíduos que migram.

Segundo a agência da ONU, dados do ano de 2019, existem setenta milhões de pessoas forçadas a se deslocar no mundo, se tornando assim um refugiado, mas quem define o que é um refugiado?. De acordo com a Convenção de 1951, relativa ao estatuto dos refugiados, são refugiados as pessoas que se encontram fora de seu país por causa de fundado temor de perseguição, por motivo de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possa voltar para casa. Após essa convenção, esse conceito passou por ajustes, e também se considera refugiado todo aquele indivíduo que precisa migrar do local que está para garantir a própria vida.

Como já dito são diversos os fatores que dão o fluxo da migração, e quando isso ocorre, fica claro que esses indivíduos estão querendo buscar melhores condições de vida, e muitas vezes, buscam em países em que os direitos humanos são respeitados mais do que seu lugar de origem. Consequentemente, em busca de um lugar melhor, muitas vezes ocorrem violações desses direitos em seu percurso ou no fim buscado, como a xenofobia, abusos sexuais, ou até mesmo abusos no campo de trabalho, enganação, os diversos tipos de preconceitos, com a língua, cor, costumes, falta de atendimento na área da saúde, da educação, de proteção, de liberdade, de decisão, entre muitos outros direitos que são violados diariamente em nosso cotidiano, afetando a dignidade na pessoa humana.

Ainda que nem todos os elementos dos direitos humanos possam ser universalizados, e muitas das vezes os problemas encontrados nessa universalização estão relacionados às diferenças culturais, vários países entenderam que existem certos direitos que são fundamentais, mesmo que recepcionados diferentemente por cada cultura. Cada cultura que é regida por leis locais, recepcionam direitos como bem entender, assim, os direitos

humanos não estão excluídos disso, muitas culturas não recebem esses direitos que concernem a dignidade da pessoa humana e entendem que isso é o certo a se fazer, que estão atendendo os conflitos da sociedade daquela cultura de forma digna e justa.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Garantir direitos mínimos, que são os direitos humanos deveria ser muito mais importante que qualquer outra lei estabelecida no mundo. Depois do episódio da guerra fria, a ONU, juntamente com Declaração Universal dos Direitos do Homem, foi a garantia dada ao mundo de que, sempre que houvesse perigo do terror que causara todo o sofrimento recente, haveria uma entidade legalmente apta para intervir e impedir o fato, no entanto, não foi e não é o que realmente acontece, hoje a entidade está desmoralizada. Isso acontece porque durante a sua história a ONU serviu mais como arma política americana, do que propriamente uma organização que garantisse a paz social.

Boaventura de Sousa Santos fala em um consenso de ponto de chegada. Das palavras do sociólogo entende-se que os níveis "civilizatórios" das inúmeras sociedades não são uniformes, portanto, não é possível partir do mesmo ponto de partida, mas o ponto de chegada é possível ser o mesmo, porque em qualquer que seja a sociedade, a proteção à vida, por exemplo, é desejada, mesmo que de formas diferentes dentro de culturas diferentes. A proposta feita pelo sociólogo propõe possibilidades para o debate, levando em conta a consciência da incompletude cultural, respeitando a vontade de se iniciar um diálogo de forma recíproca, bem como, o direito de abdicar do diálogo de forma unilateral.

Já Huntington diz que, se quer fazer valer os direitos humanos, existirá no futuro uma sobreposição de poderes, não para que prevaleça a vontade soberana de um Estado ou cultura, mas para que se possa chegar a um denominador comum quando o assunto for direitos e deveres, e, que se o futuro busca alcançar a paz, é necessária a compreensão e cooperação dos líderes políticos, espirituais e intelectuais das principais civilizações do mundo, ou o choque de civilizações os destruíram separadamente.

As duas teses possuem aspectos semelhantes, como base a efetivação da dignidade do ser humano nas diferentes civilizações, e podemos analisar em dias atuais como a dignidade humana está sendo posta nos países, como por exemplo, o relaxamento nas legislações da Arábia Saudita, que possibilitou para as mulheres o direito de dirigir, participar de eventos esportivos e viajar sem a permissão de um homem, mas, por outro lado, temos vistos diariamente direitos de mulheres sendo restringidos, tendo em vista que

ainda existem países que mulheres sequer são sujeitos de direitos, não podem votar, são traficadas, têm o valor do seu trabalho inferiorizado, e muitas outros direitos que para estas não se pode ter mesmo os códigos que governam suas vidas estarem sendo modernizados, tendo ainda de enfrentar a luta costumeira, assim como, lutam as mulheres indianas para não serem inferiorizadas simplesmente por terem nascido do sexo feminino, vigorando o artigo 15 da constituição indiana, ainda assim, não conseguem se desprenderem de costumes, percebe-se que a desigualdade não é somente econômica, é cultural, encontrando resistência em modificar hábitos que foram culturalmente internalizados pela sociedade. É possível dizer que os valores culturais são diferentes, que a dignidade humana se realiza de formas diversas a partir de cada cultura, no entanto, existem valores que se revelaram ao longo do tempo, da história dos povos, e que necessitam do real reconhecimento.

Não se pode negar que estamos enfrentando desafios, seguidos pelo retrocesso a respeito aos direitos no ocidente quanto como há no oriente, as linhas culturais e civilizacionais da política mundial estão sendo reconfiguradas, seguindo linhas desiguais, clamando os povos somente pela sobrevivência da dignidade humana. Embora seja difícil prever políticas de progresso, de revolução nessa questão, pois é fato que é parte da natureza humana diferenciar-se uns dos outros e enfatizar frequentemente as diferenças, pois, a maneira como nos definimos é por processo de diferenciação, o que leva a concorrência, a necessidade de confrontações para garantir certa quantia de poder de decisão, mas, em um cenário ideal o diálogo entre os povos deve prevalecer, sabendo que ainda assim o conflito teria um lugar garantido. Direitos que são violados no presente comprometem o futuro de um país, por isso, devemos garantir que a dignidade do ser humano seja preservada e entornada no mundo. Por fim, as teorias são válidas principalmente quando são capazes de prever eventos futuros.

8. REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 10 de Dezembro de 1948.

DIAS, Tatiana Silva de Almeida. **O choque de civilizações na política internacional contemporânea**. Monografia. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, 2008.

HARRISON, Lawrence E, HUNTINGTON, Samuel P. **A cultura importa**. Rio de Janeiro, São Paulo. Editora Record, 2002.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000;

MOREIRA, Nathalia L. Pires. **A linha tênue entre os direitos humanos e o multiculturalismo**. Artigo. UFBA - Universidade Federal da Bahia, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos**. Revista Critica de Ciências Sociais Nº 48. Julho de 1997;

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos**. In: BALDI, César Augusto (Org). Direitos humanos na sociedade cosmopolita. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

VIANA, Ana Cristina Aguilar. **Conflitos entre nações, um estudo acerca da teoria de Huntington e outras perspectivas**. Monografia de Pós-Graduação. Universidade Federal do Paraná, 2012.

MÓDULO CULTURA E SOCIEDADE DA PÓS GRADUAÇÃO DA FACULDADE FAVENI. DIREITOS AUTORAIS: © ALL RIGHTS RESERVED.

Sobre o conceito de cultura. **Revista Fórum**, 2011. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/sobre-o-conceito-de-cultura/>. Acesso em: 01 de Maio de 2020.